

Parecer n. 03 /2018/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Moções destinadas às Instituições integrantes do Singreh nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, versando sobre o repasse de recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

1. Histórico

- 1.1. Durante a 101ª Reunião da CTCOB, realizada em julho de 2018, houve a discussão sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos sugeridos pelo CEIVAP, CBH Doce e Comitês PCJ.
- 1.2. Durante estas discussões, foram apontados: i) o atraso e a irregularidade das transferências dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos mineiros para as entidades equiparadas a agência de bacia, ii) o atraso e a irregularidade das transferências dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - FUNDRHI, incluindo os arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos fluminense, nele depositados, e iii) a não implementação da cobrança em bacias capixabas afluentes ao rio Doce, mesmo com sua aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo.
- 1.3. O assunto foi discutido em maior profundidade durante a 102ª Reunião da CTCOB, em setembro de 2018, atendendo aos encaminhamentos da 101ª Reunião, que levaram à decisão sobre a elaboração de moções destinadas às instituições responsáveis pela cobrança e transferência dos recursos arrecadados nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, e Rio de Janeiro.

2. Síntese das Discussões Técnicas

- 2.1. Na sua 102ª reunião, a CTCOB confirmou os fatos apontados na reunião anterior e que ferem os objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e a destinação legal dos recursos arrecadados no financiamento dos planos de bacia hidrográfica e no custeio dos órgãos e entidades integrantes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
- 2.2. Verificou-se que no Estado de Minas Gerais está previsto que “são asseguradas à entidade equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica as transferências do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM provenientes das receitas da cobrança pelos usos de recursos hídricos em rios de domínio do Estado de Minas Gerais, de que trata o art. 18 da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, arrecadadas na respectiva ou respectivas bacias hidrográficas” e que estas transferências não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (§ 1º e § 2º do art. 4º da Deliberação Normativa CERH nº 23, de 12 de setembro de 2008).
- 2.3. No Rio de Janeiro, “são asseguradas à entidade delegatária as transferências do órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos dos recursos financeiros disponibilizados no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, na

subconta da respectiva Região Hidrográfica” e aplica-se a estas transferências o disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (§ 1º e § 4º do art. 5º da Lei nº 5639, de 06 de janeiro de 2010).

- 2.4 No Espírito Santo, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos capixaba já aprovou a Resolução nº 34, de 14 de setembro de 2012, aprovou os valores propostos e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São José conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José, nos termos da Deliberação nº 002, de 19 de abril de 2011 e seus Anexos I e já aprovou também a Resolução nº 35, de 14 de setembro de 2012, aprovou os valores propostos e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, nos termos da Deliberação nº 002, de 20 de abril de 2011 e seus Anexos I.
- 2.5 As exposições de representantes do CBH Doce e do CEIVAP evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos CBHs mineiros e fluminense, assim como das suas agências, acerca dos atrasos, irregularidades e arrestos dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, sem a sua devida transferência para as entidades delegatárias ou equiparadas, que além de ferirem normativos legais estabelecidos e ferirem a destinação legal para os recursos provenientes da cobrança, também prejudicam o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento das bacias hidrográficas. Em ambos os casos, foram relatadas atuações dos respectivos Ministérios Públicos Estaduais com maior êxito na normalização do fluxo de transferência do Estado do Rio de Janeiro e ainda sem êxito no Estado de Minas Gerais.
- 2.6 Ressalte-se que esses recursos são essenciais à sustentabilidade financeira do Singreh, como já buscou prever e garantir o legislador na Lei Federal n. 9433/97 além do seu caráter educativo que busca evidenciar o valor econômico da água reconhecido na Constituição Federal, além de estimular o uso racional, dentre outros princípios estabelecidos pelo conjunto legal e normativo da PNRH.
- 2.7 Rege a legislação que esses recursos devem ser aplicados na própria bacia de origem e repassados, portanto, integralmente aos entes do Singreh responsáveis pela sua aplicação em conformidade com os demais instrumentos, notadamente os planos de bacia.
- 2.8 Por sua vez, as exposições do CBH Doce e da representante do CERH-ES demonstraram a falta de vontade política para a implementação da cobrança no Estado do Espírito Santo, prejudicando, em especial, a integração da gestão na bacia hidrográfica do rio Doce.
- 2.9 A moção destinada às instituições do Estado de Minas Gerais foi aprovada por consenso.
- 2.10 A moção destinada às instituições do Estado do Espírito Santo foi aprovada após votação com resultado como segue: 9 votos favoráveis (MFazenda, MMA, ANA, MME, CERH-CE, CERH-RJ, Indústria, Consórcio, OTEP, 5 votos contrários (Abrage, Abragel, CERH-ES, Saneamento e Pescadores, Lazer e Turismo) e uma abstenção (Comitês). Registra-se duas ausências (MPOG, Irrigantes). As principais manifestações

contrárias se deram em razão do julgamento quanto à necessidade de mais elementos e informações antes do encaminhamento da moção.

- 2.11 A moção destinada às instituições do Estado do Rio de Janeiro também foi aprovada por consenso.

3. Conclusão

- 3.1. A CTCOB julga pertinente a manifestação do CNRH visando a regularização das transferências dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos dos órgãos gestores às entidades delegatárias ou equiparadas no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais, assim como a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos capixabas já aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, nos termos das minutas de moções anexas.
- 3.2. Encaminha-se à CTIL as referidas minutas de moções resultantes das discussões havidas na 102ª CTCOB, nos dias 10 e 11 de setembro de 2018, para análise e emissão de parecer jurídico que subsidie a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Este é o parecer, preparado conjuntamente com a relatoria da CTCOB.

Em, 14 de setembro de 2018.



LIVIA SOALHEIRO E ROMANO
Presidente da CTCOB